

# 2025 - 2029

## PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

---

Concelho de Lagoa



# **Plano de Desenvolvimento Social de Lagoa**

**2025 – 2029**

## Plano de Desenvolvimento Social de Lagoa 2025-2029

O presente documento consubstancia o Plano de Desenvolvimento Social de Lagoa, elaborado pela Associação OFICINA em estreita colaboração com a Unidade de Ação Social do Município de Lagoa.

### **Equipa Técnica do Município de Lagoa**

Coordenação técnica: Anabela Simão

Equipa: Sofia Santos, Tânia Bernardo, Miriam Martins, Mafalda Rocha e Tiago

Encarnação

Lagoa | Setembro 2025

# Mensagem do Presidente da Câmara Municipal de Lagoa

## Luís Encarnação

Estimadas/os Lagoenses,

É com elevado sentido de responsabilidade pública e compromisso institucional que apresento o Plano de Desenvolvimento Social do Município de Lagoa para o quadriénio 2025-2029. Este documento não se limita a traduzir um compromisso formal da Rede Social de Lagoa para com o bem-estar e a qualidade de vida dos seus habitantes, mas constitui igualmente a concretização de uma visão estratégica destinada a promover uma comunidade próspera, justa, inclusiva, solidária e ambientalmente sustentável.

Lagoa, cidade de reconhecido património histórico, riqueza cultural ímpar e singularidade paisagística, tem sido ao longo dos tempos um espaço de convergência intercultural e social. Este território caracteriza-se pela harmoniosa coexistência entre tradições ancestrais e modernidade, onde a diversidade é reconhecida e valorizada como vetor essencial para o desenvolvimento sustentável e coeso.

Todos os intervenientes, imbuídos deste espírito de união e visão prospetiva, dedicaram os seus melhores esforços à

elaboração do presente Plano, orientado para o estabelecimento de estratégias robustas, fundamentadas e inovadoras, capazes de responder aos desafios sociais contemporâneos e futuros, capitalizando as oportunidades decorrentes das dinâmicas locais e globais.

A visão de todos fundamenta-se na edificação de uma sociedade onde a equidade no acesso aos serviços essenciais — incluindo educação, saúde, emprego e bem-estar social — seja garantida a todos os cidadãos, sem distinção de condição socioeconómica, cultural ou género. É neste espírito de cidadania ativa que exorto todas as pessoas e entidades da comunidade a participarem de forma proativa, aportando contributos valiosos para a construção de um concelho cada vez mais inclusivo e sustentável.

Este Plano representa, assim, um compromisso inabalável, sustentado por valores de justiça social, inovação e sustentabilidade ambiental.

Apelo, portanto, ao envolvimento coletivo e à corresponsabilização de todas as forças vivas do concelho, certos de que a conjugação de esforços será determinante para transformar desafios em oportunidades e aspirações em realidades concretas.

Reitero o meu reconhecimento e gratidão a todos os colaboradores, parceiros e cidadãos que contribuíram para a concretização deste documento. Unidos, continuaremos a construir um território onde a dignidade, a prosperidade e o bem-estar sejam garantidos para todas e todos.

## Mensagem da Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lagoa

Presidente do Conselho Local de Ação Social

### **Anabela Simão**

Estimadas/os Lagoenses,

O Município de Lagoa tem reiterado, de forma consistente e determinante, a coesão social como um dos fundamentos estruturantes da sua atuação política. Este compromisso traduz-se na implementação sistemática de um conjunto integrado de políticas públicas e medidas proativas, direcionadas para a promoção da inclusão social em múltiplas vertentes, nomeadamente no âmbito das dinâmicas demográficas, socioeconómicas, educativas, formativas, de saúde, habitação, segurança e igualdade de género, com especial atenção às populações mais vulneráveis.

Reconhecendo a complexidade inerente aos problemas sociais e a necessidade de respostas articuladas e multidisciplinares, a Rede Social de Lagoa assume uma posição estratégica e centralizadora nesta rede de intervenção, servindo como eixo de coordenação entre os diversos atores institucionais e comunitários. O ponto de partida desta abordagem reside no Diagnóstico Social de Lagoa, documento que vai para além

da mera recolha estatística, incorporando as perceções, expectativas e necessidades manifestadas por entidades parceiras e pela própria população.

Com base neste diagnóstico detalhado, apresentamos o Plano de Desenvolvimento Social de Lagoa, instrumento que fixa responsabilidades e metas comuns a todos os intervenientes, orientando esforços para o reforço da coesão social no território. A implementação de Planos de Ação específicos permite a concretização de projetos inovadores e a melhoria contínua das respostas sociais existentes, garantindo a coerência e eficácia das intervenções face aos objetivos estratégicos definidos.

O Município de Lagoa enfrenta um conjunto de desafios complexos, em paralelo às oportunidades decorrentes da sua atratividade. Assim, torna-se premente a criação de mecanismos que incentivem a fixação e o crescimento da população residente, sobretudo entre os jovens e a população economicamente ativa, bem como a promoção da

empregabilidade e a integração plena dos migrantes.

O Plano de Desenvolvimento Social reconhece ainda a exposição particular de determinados agregados familiares a riscos sociais, sublinhando a necessidade de combater problemas persistentes, como o abandono escolar precoce, a violência no contexto doméstico e os consumos aditivos.

A política habitacional constitui uma prioridade estratégica, dado o impacto decisivo que a acessibilidade e a qualidade da habitação têm na concretização dos direitos fundamentais, situação agravada conforme evidenciado no diagnóstico social.

A Rede Social de Lagoa mantém um compromisso inequívoco na promoção da igualdade de género e na erradicação das múltiplas formas de discriminação, assegurando assim um ambiente urbano mais inclusivo, equitativo e solidário. A definição e operacionalização de novos instrumentos estratégicos permitirão ao Município de Lagoa aprofundar o conhecimento das dinâmicas territoriais associadas à exclusão social, à vulnerabilidade e às desigualdades estruturais, através da identificação criteriosa de zonas de risco e da respetiva cartografia social. Este processo visa dotar a cidade de uma leitura territorial mais precisa e funcional, promovendo a

adequação das respostas sociais aos contextos específicos, com alocação de recursos sustentada por critérios de equidade e evidência empírica.

Esta abordagem visa não apenas melhorar a eficácia das intervenções sociais, mas também tornar o território mais inteligível sob a ótica da coesão social, potenciando estratégias integradas e territorialmente sensíveis que promovam a inclusão e a justiça social de forma transversal e duradoura.

Acreditamos firmemente que este caminho sustentado contribuirá para a consolidação de uma cidade mais equitativa, resiliente e solidária, combatendo de forma estruturada as desigualdades existentes e ampliando o acesso a oportunidades para todas as pessoas, independentemente da sua condição de origem.

O modelo adotado assenta numa lógica de governação colaborativa e democracia participativa, promovendo a articulação efetiva entre as diferentes instituições e entidades que integram o ecossistema social da cidade. Ao envolver os órgãos autárquicos num compromisso coletivo orientado para o bem comum, este paradigma reforça a corresponsabilidade pública na construção de um concelho mais justo, inclusivo e sustentável.

## Índice

Mensagem do Presidente da Câmara Municipal de Lagoa .....	i
Mensagem da Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lagoa.....	iii
Índice.....	v
1. Nota introdutória.....	1
2. Processo metodológico.....	3
3. Enquadramento estratégico.....	4
4. Sumário executivo.....	9
5. Plano de Desenvolvimento Social .....	19
Eixo 1. Organização, capacitação e interação institucionais .....	20
Eixo 2. Desenvolvimento Social, cidadania ativa e integração social de comunidades desfavorecidas .....	23
Eixo 3. Rede de equipamentos e serviços.....	35
6. Sistema de Informação e Comunicação.....	40

## 1. Nota introdutória

A noção de Desenvolvimento Social surgiu como crítica aos modelos tradicionais centrados no crescimento económico e em abordagens centralizadas e hierárquicas ("de cima para baixo"). Esses modelos não consideravam as especificidades locais, resultando em desigualdades territoriais e sociais, como o despovoamento e empobrecimento das regiões do interior de Portugal, entre outras características.

Como alternativa, surgiram os conceitos de desenvolvimento local, humano, comunitário e social, com destaque para o Desenvolvimento Social enquanto abordagem normativa, consolidada na Conferência de Copenhaga de 1995, subscrita por Portugal.

Os pilares fundamentais do Desenvolvimento Social incluem:

- Erradicação da pobreza, com especial enfoque nas situações mais graves e na garantia dos direitos económicos e sociais.
- Promoção do emprego, através do direito ao trabalho, do incentivo ao setor mercantil para o seu papel social, da promoção do autoemprego e da aposta na educação e formação.
- Integração social, baseada na justiça, direitos humanos, diversidade, igualdade de oportunidades e participação plena de todos, especialmente dos grupos vulneráveis, valorizando a família e a comunidade.

Estes pilares assentam em dois pressupostos-chave:

- Uma visão de Desenvolvimento Sustentável, que articula as dimensões social, económica e ambiental.
- A transparência na administração pública, promoção de parcerias com a sociedade civil e estímulo à participação das populações, sobretudo das mais excluídas.

Face ao exposto, pretende-se que o Plano de Desenvolvimento Social (PDS) produza uma definição conjunta dos objetivos para um determinado território, tendo em vista tanto uma função corretiva, reduzindo ou erradicando os problemas sociais identificados, como preventiva, atuando ao nível da sensibilização, capacitação, educação e mesmo monitorização e acompanhamento dos grupos sociais mais vulneráveis, contribuindo para uma melhoria das condições de vida de todos.

O presente documento baseia-se num levantamento exaustivo das principais dinâmicas demográficas e socioeconómicas, educação, habitação, saúde, bem como num estudo

profundo dos grupos mais vulneráveis e das principais problemáticas que acometem as sociedades modernas, bem como os recursos que já existem.

## 2. Processo metodológico

A elaboração do PDS de Lagoa seguiu uma metodologia participada, em várias etapas, que procurou garantir o rigor técnico, o envolvimento dos parceiros da Rede Social e a ancoragem em dados atualizados e representativos da realidade concelhia. O processo metodológico assentou em três pilares fundamentais:

### - Atualização do Diagnóstico Social do Concelho de Lagoa

O processo iniciou-se com uma revisão profunda dos dados sociodemográficos, económicos e territoriais, com base em fontes oficiais, como o Instituto Nacional de Estatística (INE), Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), entre outras, bem como a incorporação de dados fornecidos pelas entidades locais e pelo Município de Lagoa. A análise realizada permitiu fazer um levantamento profundo das dinâmicas em curso, dos recursos e projetos existentes, bem como das principais problemáticas que se observam e as necessidades que persistem.

### - Carta Social Municipal e auscultação das entidades detentoras de equipamentos sociais

Este documento orientado para o estudo profundo da Rede de Serviços e Equipamentos Sociais (RSES) ao nível municipal, permitiu identificar e georreferenciar as principais respostas existentes para a população, especialmente aquelas que mais necessitam de apoio. Foi também possível fazer o levantamento exaustivo de todos os investimentos em curso, evidenciando o compromisso de Lagoa para a gestão eficiente do território e a população que nele reside. Para ajudar neste mapeamento foi feito um questionário às entidades que detêm equipamentos e desenvolvem respostas sociais.

### - Construção colaborativa dos objetivos, medidas e metas

A partir dos problemas e necessidades identificadas no diagnóstico, foram definidos os objetivos estratégicos do plano, estruturados em três eixos de intervenção:

Eixo 1 – Organização, capacitação e interação institucionais

Eixo 2 – Desenvolvimento social, cidadania ativa e integração de comunidades desfavorecidas

Eixo 3 – Rede de equipamentos e serviços

Para cada objetivo geral e específico foram desenhadas medidas concretas, metas quantificadas e indicadores de monitorização, assegurando a coerência interna e a orientação para os resultados. O plano procurou integrar os principais referenciais estratégicos internacionais, nacionais, regionais e municipais em vigor.

### 3. Enquadramento estratégico

O Plano de Desenvolvimento Social (PDS) de Lagoa constitui o principal instrumento estratégico de planeamento integrado e participado da política social do concelho. A sua elaboração decorre no âmbito do Programa Rede Social, instituído pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97, de 18 de novembro, e tem por base os princípios da parceria, subsidiariedade, coesão e participação comunitária. Mais tarde, através do Decreto-lei n.º 115/2006 de 14 de junho, procedeu-se ao aprofundamento do programa, consagrando os seus objetivos, princípios, finalidades, funcionamento e competência dos seus órgãos.

Dada a sua importância, o Município de Lagoa efetivou a sua candidatura ao Programa de Apoio à Implementação da Rede Social em 2004, processo que se concluiu com sucesso a 30 de setembro de 2006. A Rede Social de Lagoa constitui a plataforma de concertação interinstitucional local. Deste modo, este plano traduz os seus objetivos fundamentais: articular respostas, combater a exclusão social, promover o desenvolvimento social integrado e assegurar maior eficácia na afetação de recursos públicos e comunitários.

Este plano assenta no Diagnóstico Social do Concelho de Lagoa 2025, constituindo a base de evidência que sustenta as opções estratégicas agora apresentadas, permitindo identificar dinâmicas demográficas, problemáticas sociais, recursos territoriais e áreas prioritárias de intervenção para os próximos quatro anos.

O PDS articula-se com um conjunto de instrumentos de política pública de nível internacional, nacional, regional e municipal, assegurando coerência, complementaridade e eficácia na ação social local:

#### i) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – Agenda 2030

Este documento assume um compromisso claro com a Agenda 2030 das Nações Unidas, integrando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como referência transversal às políticas e ações previstas. O plano localiza os ODS no contexto do concelho, promovendo a sua territorialização através da intervenção social, da participação comunitária e da governação colaborativa.

A partir da análise do Diagnóstico Social de Lagoa 2025 e do Relatório de Monitorização Local dos ODS (relatório Índice de Sustentabilidade Municipal 2024), identificam-se os seguintes ODS como prioritários na realidade social do concelho:

- ODS 1 – Erradicar a pobreza: reduzir a proporção de pessoas em situação de pobreza monetária e habitacional, garantir acesso à proteção social, rendimentos mínimos e medidas de apoio à inclusão ativa.
- ODS 3 – Saúde e bem-estar: reforçar o acesso a cuidados de saúde de proximidade, especialmente para populações vulneráveis, investir na saúde mental, cuidados continuados, envelhecimento ativo e combate às dependências.
- ODS 4 – Educação de qualidade: promover a igualdade de oportunidades no acesso à educação, com foco na prevenção do abandono escolar e na inclusão de crianças com necessidades educativas especiais, desenvolver programas de educação não formal e capacitação para jovens e adultos.
- ODS 5 – Igualdade de género: assegurar o acesso equitativo de mulheres e homens a oportunidades sociais, económicas e políticas, prevenir e combater todas as formas de violência doméstica e de género.
- ODS 10 – Reduzir as desigualdades: mitigar desigualdades intra e interterritoriais, com enfoque em comunidades migrantes, pessoas com deficiência e populações em situação de exclusão, bem como reforçar políticas de integração social e participação cívica.
- ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis: melhorar o acesso a habitação condigna e a equipamentos sociais inclusivos, promover territórios resilientes, seguros e acessíveis para todas as idades.
- ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes: reforçar os mecanismos de articulação institucional e de proteção social local, promover uma cultura de participação, confiança e transparência nos processos públicos.
- ODS 17 – Parcerias para a implementação dos objetivos: consolidar a Rede Social como espaço de cooperação técnica, planeamento partilhado e gestão integrada dos recursos locais, fomentar parcerias com o setor privado, IPSS, associações locais e comunidades.

#### ii) Plano Nacional de Combate à Pobreza 2021–2030

O PDS deverá estar alinhado com a Estratégia Nacional de Combate à Pobreza (ENCP) 2021-2030, construída em torno de seis eixos, adotando os seus princípios de intervenção integrada, territorializada e baseada em direitos humanos.

Face ao exposto, o PDS deve ter um foco especial nos seguintes elementos:

- Combate à pobreza infantil e promoção da equidade no acesso à educação, saúde e habitação;
- Capacitação e inclusão socioprofissional de jovens e adultos em situação de vulnerabilidade;
- Reforço da proteção social de proximidade, com respostas para idosos, pessoas com deficiência, migrantes e cuidadores informais;
- Desenvolvimento local e coesão territorial, através da Rede Social, pactos locais e articulação entre entidades.

Deste modo, também o PDS deve traduzir localmente as metas nacionais da ENCP, como a redução da pobreza infantil e laboral e a mitigação das desigualdades territoriais. Assume ainda uma abordagem que reconhece a pobreza como violação de direitos fundamentais, reforçando o papel dos atores locais na promoção da dignidade, equidade e justiça social.

### iii) Estratégia Única dos Direitos das Crianças e Jovens 2025-2035 (EUDCJ 2025-2035)

A Estratégia Única dos Direitos das Crianças e Jovens 2025–2035 (EUDCJ), aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2025 de 28 de fevereiro, constitui um referencial nacional integrado que articula as principais políticas públicas dirigidas à infância e juventude, alinhando a Garantia para a Infância, a Estratégia Europeia para os Direitos da Criança e o Plano Nacional de Combate à Pobreza.

Assim, o presente documento deve assumir esta estratégia como quadro de referência para as políticas locais orientadas à promoção dos direitos das crianças e jovens, com base numa abordagem territorial, intersectorial e participada com enfoque nos seguintes domínios:

- Combate à pobreza infantil e promoção da equidade no acesso à educação, saúde e habitação;
- Promoção da cidadania ativa e da participação juvenil nos processos de decisão locais;
- Saúde mental e segurança digital, com enfoque na prevenção e capacitação dos jovens;
- Reforço das respostas de apoio à família e à parentalidade positiva;

A integração dos princípios e orientações da EUDCJ no PDS reforça a centralidade da infância e juventude nas políticas municipais, assumindo o compromisso com uma governação mais próxima, justa e promotora dos direitos humanos de todas as crianças e jovens de Lagoa. A criação do Núcleo Local de Garantia para a Infância de Lagoa corrobora este desígnio.

#### iv) Plano de Desenvolvimento Social do Algarve (PDSA) 2023-2030

O PDSA constitui o principal referencial estratégico de coesão social e territorial para a região, promovido pela AMAL – Comunidade Intermunicipal do Algarve em articulação com os 16 municípios e o Centro Distrital de Segurança Social de Faro, Instituto de Segurança Social, IP., e outras entidades do setor social, educativo e de saúde. Este visa essencialmente constituir-se como um instrumento de atuação e articulação, procurando soluções para a região como um todo e para cada autarquia em particular.

Deste modo o PDS Lagoa pode contribuir para este desígnio regional promovendo: i) o combate à pobreza e exclusão social de modo transversal, e ainda, com enfoque na infância, juventude, famílias e idosos; ii) a habitação condigna e acessível; iii) a saúde e bem-estar dando uma atenção especial à saúde mental e envelhecimento; iv) a inclusão ativa e empregabilidade, especialmente de jovens NEET e migrantes; v) a inovação e participação comunitária, valorizando os recursos endógenos e a governação de proximidade.

#### v) Instrumentos Municipais de Lagoa

O PDS deve estar naturalmente articulado com os principais instrumentos de planeamento estratégico do município, assegurando coerência e complementaridade das políticas locais em matéria de inclusão, coesão social, juventude, habitação, educação, igualdade e bem-estar.

A Estratégia Local de Habitação de Lagoa (ELH) constitui a base para as intervenções territoriais em matéria de habitação, alinhando-se com os princípios do Programa 1.º Direito e do Plano de Recuperação e Resiliência. O PDS articula-se com esta estratégia ao reforçar o acesso a soluções habitacionais dignas, especialmente para famílias vulneráveis, jovens e idosos, nomeadamente através da identificação e acompanhamento de situações de exclusão habitacional, assegurando uma intervenção social integrada e territorializada.

O Plano Municipal para a Juventude (PMJ) e o Plano Estratégico da Juventude de Lagoa definem como prioridades a cidadania ativa, a saúde mental, a empregabilidade, o acesso à habitação e a igualdade de oportunidades para os jovens. O PDS incorpora esta visão ao valorizar a participação juvenil em processos de decisão, o apoio ao associativismo, e o envolvimento dos jovens em iniciativas comunitárias, promovendo a sua inclusão ativa como agentes de transformação social.

A Carta Educativa de Lagoa e o Plano Estratégico da Educação estabelecem como objetivos a equidade no acesso à educação, a inovação pedagógica e a articulação entre a escola e os serviços sociais, culturais e de saúde. O PDS reforça esta articulação ao integrar medidas de promoção do sucesso educativo, mediação escolar, intervenção precoce e apoio psicossocial, trabalhando em estreita parceria com os agrupamentos escolares e os serviços municipais da educação.

A Carta Desportiva Municipal orienta-se pela democratização do acesso ao desporto, a promoção da saúde pública e o reforço da coesão social através da atividade física. O PDS reconhece o valor do desporto como ferramenta de inclusão, integrando esta dimensão nas respostas sociais a populações vulneráveis, incluindo a população idosa, pessoas com deficiência e jovens em risco, e promovendo o papel do desporto comunitário como eixo de cidadania e bem-estar.

Por fim, o Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação (PMIND) assegura a transversalização da igualdade de género e da não discriminação nas políticas municipais. O PDS de Lagoa articula-se com este plano ao garantir práticas inclusivas e acessíveis nos serviços sociais, combater a violência e a exclusão, e reforçar a participação de entidades e grupos sub-representados, promovendo uma abordagem interseccional e ética nas intervenções territoriais.

O PDS afirma o compromisso do Município de Lagoa e das entidades parceiras da Rede Social com a construção de um território mais coeso, solidário, resiliente e centrado nas pessoas. Através de uma intervenção estruturada, colaborativa e orientada por resultados, este plano constitui o quadro estratégico para a ação social local, alinhada com os desafios contemporâneos e as aspirações da comunidade lagoense.

#### **VISÃO ESTRATÉGICA**

Lagoa 2030: Uma comunidade solidária e inclusiva, um concelho aprazível para crescer e envelhecer, dotado de uma qualificada e especializada rede de equipamentos e respostas sociais.

## 4. Sumário executivo

Uma das fases fulcrais da construção do PDS trata-se de passar da identificação dos problemas, alicerçada no diagnóstico, à proposta de soluções para esses mesmos problemas.

Desta forma, partilham-se as várias matrizes SWOT extraídas do diagnóstico social, que têm como finalidade perceber as várias dinâmicas que estão a ocorrer, identificando os principais pontos fortes e pontos fracos, bem como as potencialidades e desafios para o futuro.

### Matiz SWOT sobre as dinâmicas demográficas

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"><li>- Crescimento populacional de 3,3% entre 2011 e 2021, superando a média nacional, que teve um declínio de 2,1%.</li><li>- Concentração populacional em áreas urbanas e semiurbanas, facilitando a prestação de serviços públicos e infraestruturas.</li><li>- Densidade populacional elevada no contexto regional, contribuindo para a vitalidade socioeconómica local.</li><li>- A população estrangeira cresceu significativamente, representando 14,8% da população total, acima da média do Algarve.</li><li>- Taxas de fecundidade e natalidade superiores à média nacional, e taxa de mortalidade inferior à média regional e nacional.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Envelhecimento demográfico acentuado, com aumento da população com 65 ou mais anos.</li><li>- Saldo natural consistentemente negativo – o número de óbitos supera o de nascimentos.</li><li>- Desigualdades entre freguesias, com variações no crescimento e envelhecimento populacional.</li><li>- Redução da população jovem e em idade ativa, afetando o dinamismo económico a médio e longo prazo.</li><li>- Índices de dependência total e de idosos em crescimento, implicando uma maior pressão sobre os sistemas de saúde e proteção social.</li></ul>
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"><li>- Diversidade migratória como motor de crescimento económico.</li><li>- Desenvolvimento de políticas voltadas para a população idosa, focadas na promoção do envelhecimento ativo, como forma de enfrentar os desafios do aumento progressivo da idade média da população.</li><li>- Implementação de políticas habitacionais e sociais que estimulem a atração e fixação de</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- As diferenças na dinâmica populacional entre as freguesias podem acentuar as desigualdades dentro do Concelho.</li><li>- A dependência dos fluxos migratórios para compensar o declínio natural pode ser uma ameaça caso ocorram mudanças nas dinâmicas migratórias.</li><li>- A concentração de idosos em agregados unipessoais, especialmente em Ferragudo, pode</li></ul>

<p>jovens e famílias, especialmente em Estômbar e Parchal.</p> <p>- Aproveitar o potencial atrativo do município para captar residentes e turistas estrangeiros, contribuindo para o fortalecimento do turismo e das atividades económicas relacionadas.</p>	<p>gerar necessidades sociais específicas e aumentar os desafios relacionados com a solidão e integração social.</p> <p>- O envelhecimento da população ativa e a baixa renovação geracional podem comprometer o crescimento económico a longo prazo.</p>
--	---

### Matiz SWOT sobre as dinâmicas socioeconómicas

Forças	Fraquezas
<p>- Crescimento do ganho médio mensal e redução das disparidades salariais entre níveis de escolaridade e entre géneros.</p> <p>- Expansão do número de empresas e diversificação do tecido empresarial.</p> <p>- Aumento do número de trabalhadores com ensino secundário e superior e diminuição do número de trabalhadores com níveis de escolaridade mais baixos.</p> <p>- A Categoria Alojamento e Restauração impulsionou o aumento do emprego, seguido por um crescimento significativo nas áreas de transportes e serviços administrativos.</p> <p>- Diminuição das disparidades de rendimentos, refletida no Coeficiente de Gini, e crescimento expressivo de escalões médios e altos em termos de agregados fiscais por escalão de rendimento bruto declarado.</p>	<p>- Redução na taxa de atividade geral, especialmente em Ferragudo, com declínio significativo na participação jovem no mercado de trabalho.</p> <p>- Índices de Renovação da População Ativa e Índice de Sustentabilidade Potencial (ISP) abaixo das médias nacional e regional.</p> <p>- Predomínio de população reformada na população inativa, sobretudo em Ferragudo.</p> <p>- Setores como educação, saúde e agricultura perderam relevância, gerando maior concentração no turismo e serviços relacionados.</p> <p>- Apesar da recuperação, Lagoa ainda apresenta valores abaixo da média nacional e regional no poder de compra per capita.</p> <p>- Cerca de 35,4% da população depende de municípios vizinhos para trabalhar ou estudar, com mobilidade interna abaixo da média nacional.</p>
Oportunidades	Ameaças
<p>- Expansão contínua do tecido empresarial, com potencial para fortalecer a economia local e atrair investimentos.</p> <p>- Oportunidade para desenvolver setores em ascensão, como o Alojamento e Restauração, e diversificar a economia para além do turismo.</p>	<p>- O envelhecimento da população ativa e a baixa renovação geracional podem comprometer o crescimento económico a longo prazo.</p> <p>- O poder de compra abaixo da média nacional e regional pode limitar o crescimento económico e a atração de novos investimentos.</p>

- Potencial para consolidar a redução das disparidades salariais, promovendo uma maior competitividade no mercado de trabalho.
- Investimento na formação e capacitação da força de trabalho para atender às necessidades do mercado de trabalho.
- Possibilidade de criar políticas de mobilidade e cooperação intermunicipal para reduzir a dependência de outros concelhos.
- A instabilidade económica visível nas microempresas.
- A dependência em relação a outros municípios para trabalhar e estudar pode dificultar o fortalecimento da economia local e a retenção de talentos.

### Matiz SWOT sobre a saúde

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Existência de uma estrutura organizada de cuidados de saúde primários (UCSP, USF, UCC e serviços complementares).</li> <li>- Existência de equipa multidisciplinar e o reforço da mesma com técnicas de várias áreas (MGF, Enfermagem, Serviço Social, Psicologia, Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Higiene Oral, Nutrição entre outros).</li> <li>- Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório abaixo da média nacional e regional.</li> <li>- Reconhecimento institucional do problema da saúde mental e prioridade atribuída no Plano Nacional de Saúde Mental.</li> <li>- Aumento do número de médicos e enfermeiros entre 2019 e 2023.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Rácio de médicos e enfermeiros por 1000 habitantes consistentemente abaixo das médias nacional e regional.</li> <li>- Elevada taxa de mortalidade infantil e por tumores malignos.</li> <li>- Dificuldades na fixação de profissionais de saúde.</li> <li>- Taxa de suicídio no Algarve substancialmente acima da média nacional, com destaque para a vulnerabilidade dos homens.</li> <li>- Cobertura farmacêutica com tendência decrescente.</li> <li>- Número elevado de utentes sem médico de família.</li> </ul>
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Novo modelo de organização em ULS pode melhorar a articulação e cobertura dos cuidados.</li> <li>- Possibilidade de reforçar cuidados de saúde perinatais e prevenção em saúde infantil.</li> <li>- Promoção de estratégias intersectoriais com a área social e da educação para melhoria da literacia em saúde.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Envelhecimento populacional e aumento de doenças crónicas.</li> <li>- Pressão sobre os serviços de saúde devido à sazonalidade, mobilidade e diversidade sociocultural da população (incluindo estrangeiros residentes).</li> </ul>

- Expansão da telemedicina e saúde digital, que pode melhorar o acesso a serviços de apoio psicológico, especialmente em zonas carenciadas.
- Crescente atenção aos comportamentos aditivos sem substância (ex.: dependência digital) pode fomentar intervenções inovadoras.

- Pressão sobre os serviços de saúde devido à diversidade sociocultural da população (incluindo estrangeiros residentes).
- Impactos socioeconómicos pós-pandemia, como o custo de vida, o desemprego ou o isolamento social, que são fatores de risco agravantes para a saúde mental.
- Persistência do consumo de substâncias como heroína e álcool.

### Matriz SWOT sobre a Educação

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Existência de uma rede escolar diversificada, abrangendo todos os níveis de ensino (pré-escolar ao secundário, incluindo profissional e artístico).</li> <li>- Crescimento da população escolar nos últimos anos, com destaque para o ensino básico e secundário.</li> <li>- Cobertura significativa no pré-escolar, com forte envolvimento das redes pública e solidária.</li> <li>- Disponibilidade da Carta Educativa de 2.<sup>a</sup> Geração, orientadora do planeamento territorial em educação.</li> <li>- Oferta pública sólida nos níveis de ensino obrigatório, garantindo o seu acesso generalizado.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Taxa bruta de escolarização no ensino secundário aquém da registada a nível nacional e regional.</li> <li>- Elevadas taxas de retenção e desistência no 3.º ciclo, sinalizando dificuldades estruturais na transição para o ensino secundário.</li> <li>- Desigualdades internas entre freguesias, com zonas mais vulneráveis (ex.: Porches e Ferragudo) a apresentarem piores indicadores de qualificação e analfabetismo.</li> <li>- Taxas de analfabetismo e exclusão educativa ainda significativas, sobretudo entre a população mais envelhecida e feminina.</li> </ul>
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reforço de políticas de educação ao longo da vida, especialmente em freguesias com maiores carências educativas.</li> <li>- Aproveitamento do crescimento da população escolar para diversificar e qualificar a oferta educativa, com foco nos níveis secundário e profissional.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Migração escolar para concelhos vizinhos, que pode refletir perceções de desadequação ou insuficiência da oferta local.</li> <li>- Persistência de desigualdades territoriais e de género na qualificação da população.</li> <li>- Insucesso escolar e abandono precoce entre jovens, em especial no final do ensino básico.</li> </ul>

<ul style="list-style-type: none"> <li>- Parcerias locais com o tecido social e associativo para reforço da educação pré-escolar e combate ao abandono escolar.</li> <li>- Potencial para atração de famílias jovens e valorização do território como espaço educativo de qualidade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pressão demográfica inversa, com risco de diminuição futura da população jovem e consequente impacto na sustentabilidade da rede escolar.</li> </ul>
---	---

### Matriz SWOT global

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Crescimento populacional sustentado evidenciando taxas de fecundidade e natalidade superiores à média nacional, e taxa de mortalidade inferior à média regional e nacional.</li> <li>- A população estrangeira cresceu significativamente, representando 14,8% da população total, acima da média do Algarve.</li> <li>- Melhoria das qualificações da população ativa e crescimento do emprego por conta de outrem.</li> <li>- Diminuição das disparidades nos rendimentos, e crescimento expressivo de escalões médios e altos em termos de agregados fiscais por escalão de rendimento bruto declarado.</li> <li>- Existência de uma estrutura organizada de cuidados de saúde primários (UCSP, USF, UCC e serviços complementares), bem como presença de profissionais diversificados.</li> <li>- Crescimento da população escolar nos últimos anos, com destaque para o ensino básico e secundário.</li> <li>- Existência de uma rede escolar diversificada, abrangendo todos os níveis de ensino.</li> <li>- Boa cobertura educativa na infância e 1.º ciclo, com programas de ação social escolar.</li> <li>- Investimento municipal continuado em programas e apoios específicos: Radar Social,</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Envelhecimento demográfico elevado, com desequilíbrios acentuados entre freguesias (ex.: Ferragudo), com implicações na renovação geracional, com pressão sobre sustentabilidade intergeracional e sobre sistemas de proteção social.</li> <li>- Redução da população jovem e em idade ativa, afetando o dinamismo económico a médio e longo prazo.</li> <li>- Tecido económico pouco diversificado, fortemente dependente do setor terciário e vulnerável à sazonalidade.</li> <li>- Disparidades entre freguesias (Ferragudo e Porches com mais défices) e desigualdades socioeconómicas estruturais.</li> <li>- Cerca de 35,4% da população depende de municípios vizinhos para trabalhar ou estudar, com mobilidade interna abaixo da média nacional.</li> <li>- Serviços de saúde fragilizados: cobertura de médicos/enfermeiros abaixo das médias nacional e regional, mortalidade elevada por tumores e suicídio, escassez de profissionais especializados, sobretudo em saúde mental e apoio psicológico.</li> </ul>

<p>CLAIM, GAV, GAPI, Incentivo à Natalidade, bolsas, arrendamento, etc.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Existência de Estratégia Local de Habitação (ELH) com diagnósticos e planos estruturados até 2026.</li> <li>- Rede local sólida e robusta de respostas sociais com cobertura territorial alargada (infância, juventude, idosos, dependência).</li> <li>- Consolidação de equipamentos sociais e educativos com visão estratégica e novas construções planeadas.</li> <li>- Dinamismo institucional e intersetorial com articulação entre município, IPSS e entidades da saúde, educação e proteção.</li> <li>- Abertura institucional à inovação social e tecnológica, evidenciada pela participação em projetos-piloto e boas práticas locais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Grupos vulneráveis persistentes, como beneficiários de RSI, sem-abrigo, vítimas de violência doméstica.</li> <li>- Abandono e retenção escolar persistente no 3.º ciclo, especialmente em contextos vulneráveis.</li> <li>- Persistência de abandono escolar e analfabetismo na população idosa e do sexo feminino; fragilidade do ensino secundário.</li> <li>- Falta de habitação a custos acessíveis, com pressão turística sobretudo pelo alojamento local e fenómeno de sobrelotação.</li> <li>- Insuficiência de plataformas integradas de dados sociais (ou sua articulação), dificultando o cruzamento de informação e monitorização contínua.</li> <li>- Baixa literacia digital em segmentos vulneráveis, que limita o acesso a direitos, apoios e programas públicos.</li> </ul>
<p><b>Oportunidades</b></p>	<p><b>Ameaças</b></p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Potencial de captação de população migrante jovem como fator de rejuvenescimento e diversidade cultural e com potencial para revitalização económica e social.</li> <li>- Crescimento da rede de cuidados continuados e de proximidade com foco na autonomia dos idosos.</li> <li>- Modelo ULS - Barlavento como reforço potencial da articulação e cobertura em cuidados de saúde primários e hospitalares.</li> <li>- Reforço da ação educativa: expansão da intervenção precoce, combate ao insucesso escolar e apoio psicossocial.</li> <li>- Vitalidade do tecido associativo, com papel central na inclusão e resposta de proximidade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A dependência dos fluxos migratórios para compensar o declínio natural pode ser uma ameaça caso ocorram mudanças nas dinâmicas migratórias ou persistam dificuldades na sua integração (barreiras linguísticas, administrativas, culturais, ...)</li> <li>- O envelhecimento da população ativa e a baixa renovação geracional podem comprometer o crescimento económico a longo prazo.</li> <li>- O poder de compra abaixo da média nacional e regional pode limitar o crescimento económico e a atração de novos investimentos.</li> <li>- Agravamento de fenómenos de exclusão e fragmentação social (nomeadamente em população migrante, idosa, sem-abrigo, jovem NEET, crianças e jovens vítimas de maus-tratos,</li> </ul>

<ul style="list-style-type: none"> <li>- Projetos-piloto inovadores, como o Radar Social, permitindo mapeamento e gestão contínuo das vulnerabilidades.</li> <li>- Acesso a financiamento estruturante nacional e europeu (PRR, Algarve 2030, 1.º Direito, FSE+, etc.) aplicáveis a habitação, equipamentos sociais e saúde, permitindo reforço da capacidade e implementação de inovações sociais.</li> <li>- Digitalização dos serviços sociais, potenciando eficiência e redução de barreiras de acesso e a oportunidade de criação de modelos de intervenção mais ágeis, integrados e centrados na pessoa.</li> <li>- Fortalecimento das redes intermunicipais e transversais, com partilha de boas práticas, formação técnica e mecanismos de apoio mútuo.</li> <li>- Valorização das práticas participativas e ambientais como eixo de ação social e comunitária (ODS, Pactos Locais de Inclusão).</li> </ul>	<p>negligência, abusos e vítimas de violência e discriminação).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Persistência de quadros clínicos prolongados e impacto económico da doença nas famílias.</li> <li>- Risco de saturação dos serviços públicos locais face ao crescimento demográfico e aumento da população flutuante (acesso à saúde, educação, habitação, ...).</li> <li>- Pressão imobiliária crescente, com risco de gentrificação e expulsão de residentes locais, bem como acarretando dificuldades crescentes para jovens, famílias numerosas, pessoas idosas e outras populações vulneráveis.</li> <li>- Risco de saturação das respostas sociais locais, sem reforço de recursos humanos e técnicos.</li> <li>- Descontinuidade ou instabilidade dos financiamentos estruturais, com impacto na sustentabilidade dos programas locais.</li> </ul>
---	--

De modo a traçar um paralelismo entre o diagnóstico e a carta social, nos quais foram analisados os principais problemas e recursos existentes, e o PDS, procedeu-se ao exercício de identificar as necessidades e os objetivos a atingir.

*Tabela 1 – Identificação dos principais problemas*

Problemas	Necessidades	Possíveis Objetivos
Saldo natural negativo e crescimento populacional desigual entre freguesias.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fixação de jovens e famílias</li> <li>- Reforço dos serviços em zonas despovoadas.</li> <li>- Planeamento territorial equitativo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumentar a atratividade habitacional e social para jovens casais e famílias.</li> </ul>
Desemprego jovem elevado, mercado de trabalho sujeito a uma elevada sazonalidade, baixas qualificações e longos períodos de inatividade.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Qualificação e requalificação profissional.</li> <li>- Ligação ao tecido económico local.</li> <li>- Medidas de empregabilidade sustentada.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover a formação e o emprego da população residente.</li> </ul>

<p>Envelhecimento populacional em ascensão, isolamento social e geográfico da população idosa, aumento da dependência e baixos rendimentos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Respostas de proximidade.</li> <li>- Promoção da autonomia e apoio aos cuidadores.</li> <li>- Participação ativa dos idosos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Implementar programas de envelhecimento ativo com enfoque na inovação e proximidade.</li> <li>- Reforçar as redes de vizinhança, solidariedade e voluntariado intergeracional.</li> <li>- Ampliar a capacidade instalada em termos de respostas para o envelhecimento.</li> </ul>
<p>Crescimento da população migrante que enfrenta barreiras linguísticas e culturais, por vezes associada a dificuldades de integração social.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Integração sociocultural e linguística.</li> <li>- Acesso a direitos e serviços públicos.</li> <li>- Combate à discriminação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reforçar o apoio à população migrante e proveniente de minorias étnicas, residentes no concelho de Lagoa.</li> <li>- Promover ações de sensibilização, formação e valorização da interculturalidade.</li> </ul>
<p>Casos na CPCJ em ascensão evidenciam situações familiares de risco, pobreza infantil, insucesso escolar, existência de jovens NEET, crianças oriundas de contextos migrantes e problemas de saúde mental juvenil.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Proteção e capacitação das famílias.</li> <li>- Intervenção precoce na infância e juventude.</li> <li>- Apoio integrado à saúde mental juvenil.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reforçar os programas de capacitação e inclusão juvenil, com enfoque nos jovens NEET.</li> <li>- Atuar na redução da pobreza e exclusão social da população infantil e jovem.</li> <li>- Reforçar os mecanismos de sinalização, acompanhamento psicossocial e educativo de crianças e jovens.</li> <li>- Ampliar a capacidade instalada em termos de respostas para as crianças e jovens.</li> </ul>
<p>Aumento da proporção de famílias monoparentais, apresentando baixos níveis de escolaridade e evidenciando vulnerabilidade das crianças.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apoio à parentalidade, educação e empregabilidade.</li> <li>- Acompanhamento social e económico.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover programas de apoio integrado às famílias vulneráveis e à parentalidade positiva, em especial monoparentais.</li> </ul>
<p>Estabilidade do n.º de beneficiários de RSI mas que apresentam elevado risco de exclusão social e fragilidade económica persistente.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Autonomia e inserção ativa dos beneficiários.</li> <li>- Redução da dependência e apoio à capacitação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desenvolver percursos de inserção socioprofissional individualizados para as pessoas em situação de vulnerabilidade.</li> </ul>

Inserção laboral limitada das pessoas portadoras de deficiência acrescidas de dificuldades no acesso a cuidados e ajudas técnicas.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Igualdade de oportunidades.</li> <li>- Acessibilidade e autonomia pessoal.</li> <li>- Empregabilidade inclusiva.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reforçar as medidas de integração socioeconómica das pessoas com deficiência.</li> <li>- Ampliar a capacidade instalada em termos de respostas para a população com deficiência e/ou incapacidades.</li> </ul>
Prevalência de vítimas de violência doméstica do sexo feminino, que muitas vezes coabitam com o agressor.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apoio jurídico, psicológico e habitacional.</li> <li>- Medidas de proteção imediata e acompanhamento.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumentar o apoio, proteção e empoderamento de vítimas de violência doméstica e outros tipos de violência ou discriminação.</li> </ul>
Pessoas em situação de sem abrigo são na maioria homens em idade ativa sem suporte familiar. Evidenciam elevada vulnerabilidade psicológica e económica.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Acolhimento, apoio psicológico e reinserção.</li> <li>- Habitação digna e acompanhamento continuado.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desenvolver respostas específicas para pessoas em situação de sem-abrigo.</li> <li>- Desenvolver respostas de habitação temporária e transição.</li> </ul>
Precariedade habitacional, sobrelotação, falta de oferta acessível.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Acesso a habitação condigna</li> <li>- Requalificação e arrendamento acessível.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reforçar a implementação da Estratégia Local de Habitação e expandir a oferta de soluções habitacionais acessíveis</li> </ul>
Dificuldade de acesso a recursos de apoio à saúde mental, isolamento e problemas de adição.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Saúde mental comunitária.</li> <li>- Respostas descentralizadas e integradas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criar respostas locais de apoio psicológico e de saúde mental de proximidade.</li> <li>- Formar técnicos e sensibilizar a comunidade para a promoção da saúde mental e prevenção do risco.</li> <li>- Reforçar a articulação institucional entre saúde, ação social, educação e comunidade.</li> <li>- Reforçar a literacia da população sobre os comportamentos aditivos, os seus fatores de risco e consequências.</li> </ul>
Falta de continuidade e dificuldades na articulação entre entidades.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Coordenação interinstitucional mais eficaz.</li> <li>- Planeamento partilhado e avaliação integrada.</li> <li>-Reforço da capacitação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reforçar a Rede Social enquanto estrutura de governação local participada.</li> <li>- Aprofundar o sistema de informação, monitorização e planeamento em rede, com base em dados e evidência.</li> </ul>

		<ul style="list-style-type: none"><li>- Ampliar as oportunidades de formação e capacitação técnica para dirigentes, técnicos e parceiros operacionais.</li><li>- Fortalecer a comunicação estratégica, notoriedade e influência externa da Rede Social.</li></ul>
--	--	---

## 5. Plano de Desenvolvimento Social

Desde 2016 que os sucessivos Planos de Desenvolvimento Social se desenvolvem em torno de três eixos estratégicos, estrutura que se manteve em 2020 e agora em 2025, o que é benéfico em termos da manutenção de um sistema de informação e avaliação coerente e passível de ser analisado e monitorizado também numa vertente histórica.

A estrutura do presente documento desenvolve-se tal como descrito na figura seguinte.



## Eixo 1. Organização, capacitação e interação institucionais

Justificação: este eixo visa aprofundar a coordenação estratégica da Rede Social de Lagoa, o conhecimento e capacitação dos corpos dirigentes e técnicos das entidades parceiras e alavancar a sua notoriedade e influência.

Objetivo Geral	Objetivo Específico	Medidas	Indicadores	Metas
OG1. Consolidar a Rede Social de Lagoa como estrutura de governação colaborativa e estratégica, reforçando a articulação entre entidades, a qualificação das equipas e a monitorização partilhada das dinâmicas sociais do concelho.	OE1.1 Reforçar a Rede Social enquanto estrutura de governação local participada.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- M1. Constituir/dar continuidade aos grupos de trabalho temáticos permanentes (envelhecimento, saúde mental, etc).</li> <li>- M2. Realização de tertúlias/sessões estratégicas, com peritos e envolvimento da comunidade de forma periódica.</li> <li>- M3. Incentivar a capacitação e incorporar metodologias participativas no modo de funcionamento das entidades.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- N.º de grupos de trabalho ativos.</li> <li>- N.º de sessões estratégicas realizadas.</li> <li>- N.º de metodologias participativas em que as entidades obtiveram capacitação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pelo menos 2 grupos de trabalho constituídos até ao final da vigência do PDS.</li> <li>- Realização de pelo menos 1 sessão por ano.</li> <li>- Utilizar pelo menos 2 novas metodologias participativas.</li> </ul>
	OE 1.2 Aprofundar o sistema de informação, monitorização e planeamento em rede, com base em dados e evidência.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- M4. Promover ferramentas para a atualização periódica e partilhada do sistema de informação.</li> <li>- M5. Criar uma plataforma digital para atualização e divulgação dos indicadores sociais.</li> <li>- M6. Reforço contínuo do plano</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Frequência de atualização dos dados.</li> <li>- Plataforma digital criada.</li> <li>- N.º de relatórios de avaliação produzidos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Atualização anual do sistema de informação.</li> <li>- Plataforma digital criada.</li> <li>- 4 relatórios de avaliação produzidos.</li> </ul>

		de monitorização e avaliação do PDS e PA anuais, através da produção de relatórios ou similares.		
	OE 1.3 Ampliar as oportunidades de formação e capacitação técnica para dirigentes, técnicos e parceiros operacionais.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- M7. Implementar um levantamento de necessidades de formação das entidades parceiras.</li> <li>- M8. Elaborar e implementar planos de formação anuais, direcionados para as entidades com base nos resultados obtidos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Levantamento de necessidades de formação realizado.</li> <li>- N.º de ações formativas realizadas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pelos menos 2 levantamentos de necessidades de formação realizados.</li> <li>- Implementar pelo menos 2 ações de formação anuais.</li> </ul>
	OE 1.4 Fortalecer a comunicação estratégica, notoriedade e influência externa da Rede Social.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- M9. Lançar uma identidade própria da Rede Social e capitalizar a presença digital (website próprio ou microsite dentro do portal do Município).</li> <li>- M10. Dar continuidade à newsletter periódica da Rede Social.</li> <li>- M11. Catalogar as boas práticas e dar-lhes visibilidade, através da participação em eventos.</li> <li>- M12. Criar mecanismos para valorização da carreira profissional no</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Existência e atualização da identidade visual e digital.</li> <li>- N.º de newsletters produzidas.</li> <li>- N.º de boas práticas catalogadas.</li> <li>- Participação em eventos nacionais ou regionais.</li> <li>- N.º de trabalhadores reconhecidos em mecanismos de valorização.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Identidade visual e digital lançada.</li> <li>- Pelo menos 2 edições de newsletters por ano.</li> <li>- Pelo menos 8 boas práticas catalogadas .</li> <li>- Participação em pelo menos 2 eventos.</li> <li>- Pelo menos 15 trabalhadores reconhecidos.</li> </ul>

		setor social (criar uma rubrica na newsletter/ podcast/ Facebook para dar a conhecer as pessoas que trabalham nos centros de dia, SAD, ERPI, creche; dar a conhecer trabalhadores com mais anos no serviço, etc.).		
--	--	--	--	--

#### OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL | Contributos Eixo 1

ODS	Descrição	ODS	Descrição
 <p>4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE</p>	Educação de Qualidade	 <p>8 TRABALHO DIGNO E CRESCIMENTO ECONÓMICO</p>	Trabalho Digno e Crescimento Económico
 <p>16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES</p>	Paz, Justiça e Instituições Eficazes	 <p>17 PARCERIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS</p>	Parcerias para a Implementação dos Objetivos

## Eixo 2. Desenvolvimento Social, cidadania ativa e integração social de comunidades desfavorecidas

Justificação: Este eixo visa promover a inclusão ativa, a autonomia e a participação plena de pessoas e grupos em situação de vulnerabilidade social no concelho de Lagoa. Parte do reconhecimento das desigualdades persistentes nos domínios da educação, emprego, habitação, saúde mental e proteção social, afetando especialmente jovens NEET, famílias monoparentais, migrantes, crianças e jovens em risco, população idosa, pessoas com deficiência ou incapacidades, vítimas de violência e pessoas em situação de sem-abrigo. Reforça-se a aposta em percursos de capacitação, integração comunitária e participação cívica, com respostas territoriais e colaborativas orientadas para os direitos humanos e a coesão social.

Objetivo Geral	Objetivo Específico	Medidas	Indicadores	Metas
OG2. Promover a inclusão ativa de crianças, jovens e famílias em situação de vulnerabilidade, através de programas integrados de capacitação, proteção, acompanhamento psicossocial e inserção socioprofissional, contribuindo para a quebra dos ciclos de pobreza e exclusão social.	OE2.1 Reforçar os programas de capacitação e inclusão juvenil, com enfoque nos jovens NEET.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- M13. Dinamizar programas de mentoria e tutoria entre pares direcionados a jovens NEET.</li> <li>- M14. Ampliar as bolsas de estágios e experiências laborais.</li> <li>- M15. Criar mais mecanismos de apoio a projetos de empreendedorismo jovem e do sector cultural e criativo.</li> <li>- M16. Promover mais programas e projetos dedicados ao sucesso escolar e combate ao abandono do sistema de ensino sem conclusão da escolaridade obrigatória.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- N.º de jovens NEET envolvidos em programas.</li> <li>- N.º de bolsas de estágios e experiências laborais criadas.</li> <li>- N.º de mecanismos de apoio ao empreendedorismo criados.</li> <li>- N.º de jovens envolvidos nos programas/projetos de sucesso escolar.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Envolver pelo menos 25 jovens NEET.</li> <li>- Implementar pelo menos 10 bolsas ou experiências de estágio.</li> <li>- Envolver pelo menos 100 jovens em projetos de sucesso escolar.</li> </ul>

	<p>OE2.2 Atuar na redução da pobreza e exclusão social da população infantil e jovem.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- M17. Criar instrumentos que permitam diagnosticar , monitorizar e avaliar a pobreza infantil de forma colaborativa.</li> <li>- M18. Promover mecanismos para garantir o acesso a serviços essenciais de qualidade às crianças e jovens.</li> <li>- M19. Ampliar o apoio à nutrição escolar, ao acesso a uma alimentação saudável.</li> <li>- M20. Ampliar a distribuição de materiais de apoio necessários ao sucesso escolar.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- N.º de instrumentos de diagnóstico e monitorização criados.</li> <li>- N.º de mecanismos para garantir serviços essenciais criados.</li> <li>- N.º de ações de educação alimentar e de combate à insegurança alimentar direcionadas às famílias e restante comunidade escolar.</li> <li>- N.º de kits escolares distribuídos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pelo menos 1 instrumento criado.</li> <li>-Existência de pelo menos 1 mecanismo por tipo de serviço essencial.</li> <li>- Realizar pelo menos uma ação de educação sobre nutrição por escola.</li> <li>- Apoiar 100% dos alunos sinalizados com kits escolares.</li> </ul>
	<p>OE2.3 Reforçar os mecanismos de sinalização, acompanhamento psicossocial e educativo de crianças e jovens.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- M21. Criar/aumentar as equipas locais (ou tutores) de mediação escolar e psicossocial.</li> <li>- M22. Implementar programas de literacia/ capacitação emocional para crianças e jovens.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- N.º de tutores/mediadores criados.</li> <li>- N.º de programas de literacia emocional implementados.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Contratar pelo menos 1 mediador por agrupamento escolar.</li> <li>- Implementar pelo menos 1 programa em cada agrupamento escolar.</li> </ul>

	<p>OE2.4 Promover programas de apoio integrado às famílias vulneráveis e à parentalidade positiva, em especial monoparentais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- M23. Criar projetos locais de apoio à parentalidade positiva.</li> <li>- M24. Desenvolver mecanismos para fomentar redes de vizinhança solidária e grupos de suporte à parentalidade.</li> <li>- M25. Criar apoios extraordinários à conciliação da vida familiar e profissional.</li> <li>- M26. Desenvolver/ Diversificar iniciativas para proporcionar apoios a pessoas e famílias vulneráveis (habitação, educação, saúde, emprego).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- N.º de projetos de parentalidade positiva criados.</li> <li>- N.º de mecanismos para redes de vizinhança desenvolvidos.</li> <li>- N.º de apoios em áreas essenciais atribuídos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criar pelo menos 2 projetos de parentalidade positiva.</li> <li>- Pelo menos um mecanismo criado.</li> <li>- Pelo menos 1 apoio extraordinário à conciliação familiar adotado.</li> <li>- Pelo menos 1 apoio em cada área essencial desenvolvido.</li> </ul>
	<p>OE2.5 Desenvolver percursos de inserção socioprofissional individualizados para as pessoas em situação de vulnerabilidade.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- M27. Ampliar/ Diversificar as medidas de apoio à procura ativa de emprego.</li> <li>- M28. Implementar mais incentivos à contratação socialmente responsável.</li> <li>- M29. Desenvolver feiras de emprego e/ou iniciativas que promovam a ligação direta</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- N.º de pessoas beneficiadas pelas medidas de apoio à procura de emprego.</li> <li>- N.º de pessoas beneficiadas pelos incentivos à contratação.</li> <li>- N.º de empregadores envolvidos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Acompanhar pelo menos 100 pessoas.</li> <li>- Pelo menos 10 pessoas contratadas.</li> <li>- Envolver pelo menos 10 empregadores locais nas feiras de emprego.</li> </ul>

		entre empregadores e potenciais trabalhadores.		
OG3. Promover a inclusão, autonomia e participação ativa da população sénior, combatendo o isolamento e a dependência através de respostas de proximidade e redes comunitárias solidárias, valorizando o envelhecimento com dignidade e ligação intergeracional.	OE3.1 Implementar programas de envelhecimento ativo com enfoque na inovação e proximidade.	<p>- M30. Promover atividades regulares de literacia digital e cultural.</p> <p>- M31. Incentivar a prática de exercício físico nas várias modalidades, implementando torneios 65+ quando viável.</p> <p>- M32. Promover o empreendedorismo sénior.</p> <p>- M33. Implementar clubes temáticos dinamizados pela população idosa abertos a toda a comunidade (croché, olaria, bordado, pintura, recolha de histórias, fábulas e lendas, ...).</p>	<p>- N.º de atividades de literacia digital e cultural realizadas.</p> <p>- N.º de participantes nas modalidades desportivas.</p> <p>- N.º de iniciativas empreendedoras realizadas.</p> <p>- N.º de clubes temáticos criados.</p>	<p>- Pelo menos 1 atividade de cada domínio por mês.</p> <p>- Envolver pelo menos 100 pessoas nas atividades desportivas.</p> <p>- Pelo menos 4 iniciativas empreendedoras criadas.</p> <p>- Criar pelo menos 5 clubes temáticos.</p>
	OE3.2 Reforçar as redes de vizinhança, solidariedade e voluntariado intergeracional.	<p>- M34. Criar mecanismos para potenciar redes de vizinhança solidária em freguesias isoladas ajudando na sinalização e prevenção de situações de risco.</p> <p>- M35. Aumentar as campanhas de sensibilização</p>	<p>- N.º de mecanismos de vizinhança solidária implementadas.</p> <p>- N.º de campanhas de sensibilização realizadas.</p> <p>- N.º de instrumentos de capacitação criados.</p>	<p>- Pelo menos 1 mecanismo de vizinhança solidário criado em cada freguesia.</p> <p>- Realizar pelo menos 2 campanhas de sensibilização por ano.</p> <p>- Realizar pelo menos uma sessão de capacitação a cuidadores por ano.</p>

		<p>para prevenir situações de risco (fraude, roubos, violência, etc).</p> <p>- M36. Ampliar instrumentos para capacitação e apoio a cuidadores informais.</p> <p>- M37. Promover o voluntariado sénior e atividades de partilha intergeracional.</p>	<p>- N.º de voluntários envolvidos.</p>	<p>- Envolver pelo menos 100 voluntários nas atividades.</p>
<p>OG4. Promover a integração social, económica e cultural de grupos em situação de discriminação, desigualdade ou exclusão, garantindo o acesso equitativo a direitos, serviços e oportunidades, e estimulando o reconhecimento da diversidade como valor comunitário.</p>	<p>OE4.1 Reforçar o apoio à população migrante e provenientes de minorias étnicas, residentes no concelho de Lagoa.</p>	<p>- M38. Desenvolver mecanismos de apoio ao acolhimento, integração cultural e social, suporte e mentoria à população imigrante e minorias étnicas.</p> <p>- M39. Ampliar programas de aprendizagem da língua portuguesa.</p> <p>- M40. Reforçar programas e projetos de suporte à inclusão profissional.</p>	<p>- N.º de migrantes acompanhados em mecanismos de apoio ao acolhimento.</p> <p>- N.º de participantes nos programas de aprendizagem realizadas.</p> <p>- N.º de programas e projetos de suporte implementados.</p>	<p>- Acompanhar pelo menos 80 pessoas.</p> <p>- Pelo menos 100 participantes em cursos de aprendizagem da língua portuguesa.</p> <p>- Pelo menos 4 programas/projetos implementados.</p>
	<p>OE 4.2 Promover ações de sensibilização, formação e valorização da interculturalidade.</p>	<p>- M41. Implementar campanhas públicas de sensibilização inovadoras de combate à xenofobia e discriminação, direcionadas a</p>	<p>- N.º de campanhas realizadas.</p> <p>- N.º de eventos interculturais promovidos.</p>	<p>- Realizar pelo menos 2 campanhas.</p> <p>- Promover pelo menos 2 eventos interculturais.</p>

		vários tipos de públicos. - M42. Organizar eventos interculturais em espaços comunitários para promoção da diversidade cultural e a socialização entre diferentes grupos e culturas.		
	OE4.3 Reforçar as medidas de integração socioeconómica das pessoas com deficiência.	- M43. Criar espaços públicos inclusivos para toda a população (acessibilidades, parques infantis, geriátricos, ...). - M44. Reforçar medidas de incentivo à contratação de pessoas com deficiência (protocolos com empresas, associações, ...). - M45. Criar respostas/ serviços multidisciplinares de apoio, acompanhamento e reabilitação orientadas para a promoção da autonomia, independência e bem-estar físico e mental.	- N.º de espaços intervencionados. - N.º de pessoas beneficiadas pelas medidas reforçadas. - N.º de respostas/ serviços criados.	- Pelo menos 2 espaços intervencionados. - Pelo menos 4 pessoas contratadas. - Criar pelo menos 2 respostas/serviços.

	<p>OE4.4 Aumentar o apoio, proteção e empoderamento de vítimas de violência doméstica e outros tipos de violência ou discriminação.</p>	<p>- M46. Reforçar e diversificar os mecanismos de proteção, apoio e acolhimento destinados a pessoas vítimas de violência doméstica e de outras formas de violência interpessoal.</p> <p>- M47. Dinamizar ações de comunicação pública sobre os recursos e serviços de apoio disponíveis no território.</p> <p>- M48. Implementar programas de educação e sensibilização dirigidos a diferentes públicos, com enfoque na igualdade, na prevenção da violência e na não discriminação.</p>	<p>- N.º de vítimas acompanhadas.</p> <p>- N.º de ações de comunicação realizadas.</p> <p>- N.º de programas de educação e sensibilização implementados.</p>	<p>- Acompanhar pelo menos 30 vítimas.</p> <p>- Realizar pelo menos 4 ações de comunicação.</p> <p>- Realizar pelo menos 1 programa para cada tipo de público.</p>
<p>OG5. Fomentar a capacitação, integração socioprofissional e valorização das competências da população residente, contribuindo para a inclusão ativa, o desenvolvimento económico local e a coesão social.</p>	<p>OE5.1 Promover a formação e o emprego da população residente.</p>	<p>- M49. Desenvolver programas de educação e formação profissional atrativos e orientados para as necessidades locais.</p> <p>- M50. Criar mecanismos para apoio a empreendedores,</p>	<p>- N.º de programas de formação profissional criados ou reforçados.</p> <p>- N.º de mecanismos de apoio ao empreendedorismo local.</p> <p>- N.º de formações que promovam</p>	<p>- Criar ou reforçar 8 programas de formação ajustados às necessidades locais até 2029.</p> <p>- Criar pelo menos 2 mecanismos de apoio ao empreendedorismo.</p> <p>- Criar pelo menos 4 novas formações com várias competências.</p>

		<p>formação de pequenos negócios e <i>start-ups</i>.</p> <p>- M51. Apostar em cursos de formação que promovam competências em diversas áreas e sectores.</p>	várias competências criadas.	
<p>OG6. Promover o acesso a soluções habitacionais dignas e sustentáveis, assegurar a proteção de pessoas em situação de sem-abrigo e fomentar a coesão territorial, reforçando a atratividade e equidade entre freguesias do concelho.</p>	<p>OE6.1 Reforçar a implementação da Estratégia Local de Habitação e expandir a oferta de soluções habitacionais acessíveis.</p>	<p>- M52. Implementar soluções que aumentem a disponibilização de imóveis destinados ao arrendamento apoiado e acessível.</p> <p>- M53. Criar instrumentos para a promoção de soluções de habitação partilhada.</p> <p>- M54. Ampliar instrumentos de apoio ao acesso à habitação por parte das famílias, nomeadamente através de soluções de arrendamento e apoio à aquisição.</p>	<p>- N.º de frações autónomas disponibilizados para arrendamento acessível.</p> <p>- N.º de soluções habitacionais partilhadas ativas.</p> <p>- N.º de instrumentos de apoio direto ao acesso à habitação ampliados.</p>	<p>- Disponibilizar 8 frações autónomas para arrendamento acessível.</p> <p>- Criar pelo menos 2 soluções de habitação partilhada.</p> <p>- Pelo menos 1 instrumento ampliado.</p>
	<p>OE6.2 Desenvolver respostas específicas para pessoas em situação de sem-abrigo.</p>	<p>- M55. Consolidar projetos e equipas multidisciplinares nas áreas da saúde e do apoio psicossocial, orientadas para a promoção da inclusão social e</p>	<p>- N.º de pessoas acompanhadas pelos projetos e pelas equipas.</p> <p>- N.º de respostas especializadas criadas.</p>	<p>- Acompanhar pelo menos 15 pessoas.</p> <p>- Criar pelo menos 1 nova resposta especializada.</p>

		<p>da autonomização pessoal.</p> <p>- M56.</p> <p>Desenvolver respostas especializadas de apoio à população em situação de sem-abrigo, ajustadas às suas necessidades de proteção, acompanhamento e integração.</p>		
	OE6.3 Aumentar a atratividade habitacional e social para jovens casais e famílias.	- M57. Ampliar os incentivos ao arrendamento jovem e habitação acessível.	- N.º de jovens acompanhados.	- Apoiar pelo menos 15 jovens.
OG7. Promover a saúde mental e o bem-estar da população através de respostas comunitárias, integradas e descentralizadas, que articulem os serviços locais e regionais e respondam de forma preventiva e terapêutica aos fatores de risco psíquico e emocional.	OE7.1 Criar respostas locais de apoio psicológico e de saúde mental de proximidade.	<p>- M58. Dinamizar iniciativas de promoção da saúde mental em contextos educativos, laborais e comunitários, através de projetos estruturados e ações de proximidade.</p> <p>- M59. Criar dispositivos para partilha de profissionais afetos à área da saúde mental, tais como linhas de apoio, equipas móveis interdisciplinares, etc.</p>	<p>- N.º de iniciativas realizadas.</p> <p>- N.º de dispositivos criados.</p>	<p>- Criar pelo menos 1 iniciativa.</p> <p>- Criar/manter pelo menos 3 dispositivos para partilha de profissionais.</p>

	<p>OE7.2 Formar técnicos e sensibilizar a comunidade para a promoção da saúde mental e prevenção do risco.</p>	<p>- M60. Promover ações formativas dirigidas a profissionais, com o objetivo de reforçar competências na identificação precoce de sinais de risco e na atuação preventiva. - M61. Ampliar as campanhas públicas de sensibilização e prevenção em matéria de saúde mental.</p>	<p>- N.º de ações formativas realizadas. - N.º de campanhas de sensibilização realizadas.</p>	<p>- Realizar pelo menos 2 ações formativas. - Realizar 2 campanhas.</p>
	<p>OE7.3 Reforçar a articulação institucional entre saúde, ação social, educação e comunidade.</p>	<p>- M62. Aumentar os programas de prevenção em saúde mental juvenil disponibilizando-os em vários contextos: escolas, centros de saúde, IPSS, etc. - M63. Ampliar os recursos de apoio à saúde mental direcionados à população adulta e idosa.</p>	<p>- N.º de programas de prevenção em funcionamento. - N.º de recursos criados.</p>	<p>- Criar pelo menos 1 programa para cada contexto específico. - Implementar 1 programa conjunto.</p>
	<p>OE7.4 Reforçar a literacia da população sobre os comportamentos aditivos, os seus fatores de risco e consequências.</p>	<p>- M64. Desenvolver ações de sensibilização e educação (como workshops, sessões informativas e materiais pedagógicos)</p>	<p>- N.º de ações de sensibilização realizadas. - N.º de participantes envolvidos. - N.º de grupos de apoio ativos.</p>	<p>- Realizar pelo menos 2 ações de sensibilização. - Criar ou manter pelo menos 1 grupo de apoio ativo.</p>

		<p>sobre os comportamentos aditivos, promovendo estilos de vida saudáveis e estratégias de prevenção construtiva.</p> <p>- M65. Apoiar e expandir grupos de apoio psicossocial que valorizem a partilha de experiências de superação e percursos de recuperação.</p>		
--	--	--	--	--

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL | Contributos Eixo 2

ODS	DESCRIÇÃO	ODS	DESCRIÇÃO
	Erradicar a Pobreza		Erradicar a Fome
	Saúde de Qualidade		Educação de Qualidade
	Igualdade de Género		Trabalho Digno e Crescimento Económico
	Reduzir as Desigualdades		Cidades e Comunidades Sustentáveis
	Paz, Justiça e Instituições Eficazes		Parcerias para a Implementação dos Objetivos

### Eixo 3. Rede de equipamentos e serviços

Justificação: Este eixo tem como finalidade consolidar e expandir a rede de equipamentos e respostas sociais de uma forma territorialmente equilibrada, que responda de forma integrada às necessidades da população em todas as fases do ciclo de vida. Parte do reconhecimento das assimetrias existentes na cobertura territorial, da pressão sobre respostas como creches, lares, apoio domiciliário e saúde mental, entre outras, e da importância de assegurar o acesso efetivo e em proximidade aos direitos sociais. Visa também a promoção da inovação e da articulação entre respostas públicas, solidárias e comunitárias, para garantir maior eficácia e sustentabilidade da ação social local.

Objetivo Geral	Objetivo Específico	Medidas	Indicadores	Metas
OG8. Desenvolver uma rede de equipamentos sociais moderna, sustentável e territorialmente equilibrada, capaz de responder às necessidades prioritárias da população, assegurando a durabilidade das infraestruturas, a inovação nas respostas e a eficiência na sua gestão.	OE8.1 Aumentar a cobertura da rede de respostas sociais em valências prioritárias.	<p>- M66. Ampliar a rede de equipamentos e respostas sociais de acordo com a identificação de lacunas nas valências prioritárias (ex.: creche, pré-escolar, ERPI, SAD, população com deficiência, saúde mental, habitação de transição).</p> <p>-M67. Promover a instalação de novas respostas sociais em zonas com maior carência.</p> <p>-M68. Estimular a criação de respostas inovadoras e integradas (ex.: valências combinadas, centros intergeracionais).</p>	<p>- N.º de respostas sociais criadas.</p> <p>- N.º de inovações introduzidas.</p>	- Criar ou instalar pelo menos 3 novas respostas sociais.

	<p>OE8.2 Reabilitar e modernizar os equipamentos existentes com critérios de sustentabilidade e acessibilidade</p>	<p>- M69. Implementar o diagnóstico das condições físicas e funcionais dos equipamentos existentes.</p> <p>- M70. Implementar as reabilitações necessárias com base em critérios de eficiência energética, acessibilidade e digitalização, recorrendo sempre que possível a infraestruturas verdes e equipamentos ecoeficientes.</p>	<p>- Diagnóstico implementado.</p> <p>- N.º de reabilitações realizadas.</p>	<p>- Diagnóstico implementado.</p> <p>- Realizar pelo menos 60% das intervenções mais simples sinalizadas.</p>
	<p>OE8.3 Assegurar a durabilidade e sustentabilidade económica dos equipamentos sociais</p>	<p>- M71. Incentivar a elaboração de planos de viabilidade económico-financeira para cada novo equipamento ou ampliação.</p> <p>- M72. Apoiar a diversificação de fontes de financiamento (mecenato, projetos europeus, prestação de serviços como por exemplo, espaços de co-work, turismo social, etc.).</p>	<p>- N.º de planos realizados.</p> <p>- N.º de entidades com fontes de financiamento diversificadas.</p> <p>- N.º de ações de capacitação realizadas.</p>	<p>- Elaborar pelo menos 2 planos.</p> <p>- Apoiar pelo menos 10 entidades na captação de financiamento complementar.</p> <p>- Realizar pelo menos 1 ação de capacitação.</p>

		- M73. Implementar ações de capacitação sobre gestão estratégica e sustentabilidade para dirigentes das entidades.		
	OE8.4 Reduzir os custos operacionais e a pegada ambiental dos equipamentos sociais	- M74. Incentivar a transição energética: instalação de painéis solares, iluminação LED e sistemas inteligentes de climatização, poupança de água e energia, etc.  - M75. Estimular a articulação entre as IPSS para a criação de mecanismos para a promoção de compras sustentáveis e alimentação local/saudável investindo nos ciclos curtos de produção e consumo das respostas locais.  - M76. Estimular a mobilidade partilhada ou elétrica nas deslocações dos serviços de apoio domiciliário.	- N.º de equipamentos com instalações mais eficientes.  - N.º de campanhas de sensibilização para compras locais.	- Instalar medidas de eficiência em pelo menos 1 equipamento.  - Realizar pelo menos 1 campanha de sensibilização.

	<p>OE8.5 Implementar respostas inovadoras e flexíveis face a fenómenos sociais emergentes</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- M77. Estimular a criação de bolsa de inovação social com projetos piloto promovidos por entidades da Rede Social.</li> <li>- M78. Estimular à Instalação de respostas experimentais adaptadas a novas vulnerabilidades, como os serviços domiciliários integrados de nova geração.</li> <li>- M79. Estimular a implementação de metodologias ágeis e participativas na conceção, avaliação e adaptação de novas respostas sociais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- N.º de projetos pilotos criados ou mantidos.</li> <li>- N.º de respostas experimentais instaladas e avaliadas.</li> <li>- N.º de metodologias participativas adotadas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação ou manutenção de 1 projeto piloto.</li> <li>- Implementar pelo menos 1 resposta inovadora.</li> <li>- Introduzir pelo menos 1 metodologia participativa.</li> </ul>
--	---	--	--	--

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL | Contributos Eixo 3

ODS	DESCRIÇÃO	ODS	DESCRIÇÃO
	Energia Limpa e Acessível		Trabalho Digno e Crescimento Económico
	Indústria, Inovação e Infraestruturas		Reduzir as Desigualdades
	Cidades e Comunidades Sustentáveis		Produção e Consumo Sustentáveis
	Ação Climática		Paz, Justiça e Instituições Eficazes
	Parcerias para a Implementação dos Objetivos		

## 6. Sistema de Informação e Comunicação

A concretização do Plano de Desenvolvimento Social (PDS) deve ser sustentada através da definição e execução de planos de ação anuais, cuja avaliação deve ocorrer de forma periódica em plenário do CLAS. Para assegurar a eficácia deste processo, torna-se essencial a manutenção de um Sistema de Informação e Comunicação robusto, que possibilite a sua atualização contínua e promova a partilha de informação entre todos os parceiros envolvidos, o que constitui um elemento indispensável para a monitorização e avaliação da execução do PDS.

Este Sistema de Informação deve integrar vários níveis de dados. A primeira componente baseia-se nos indicadores constantes do diagnóstico social, os quais devem ser atualizados sempre que estejam disponíveis novos dados estatísticos, permitindo acompanhar a evolução do território, identificar melhorias, a atenuação ou eliminação de fragilidades sociais previamente identificadas, bem como o surgimento de novas problemáticas. A segunda componente passa pela inclusão dos indicadores de realização e de resultado definidos no PDS, e operacionalizados nos vários planos de ação. Por fim, uma última componente, engloba os dados definidos pelas diversas entidades parceiras para os projetos implementados e respostas sociais desenvolvidas.

Para garantir uma monitorização e avaliação eficazes da implementação das medidas previstas no PDS, é fundamental assegurar uma comunicação regular entre todas as entidades parceiras, o CLAS e o Núcleo Executivo. Esta articulação é fundamental para permitir o conhecimento atualizado sobre os projetos em curso, os objetivos visados, as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos. Estes resultados deverão ser integrados no Sistema de Informação, contribuindo assim para o cumprimento dos objetivos estabelecidos no PDS.